

*A. C. Portinari Greggio



Este é o décimo artigo duma série sobre o papel dos intelectuais na destruição do Brasil. Verificamos que essa classe controla o governo, a política, a mídia, a cultura e a educação – ou seja, tudo – no Brasil. Vimos que são oriundos das áreas de letras, filosofia, humanas e sociais das grandes universidades, razão pela qual, em homenagem à FFLCH-USP, conhecida como Fefelege, adotamos o apodo fefeleges para designá-los. E concluímos que, devido à diferença de espírito e de formação, existe uma incompatibilidade insanável entre os fefeleges e os militares. Como os políticos no poder são fefeleges ou neles se apóiam, isso os põe automaticamente contra as Forças Armadas, fato que suscita grave contradição política. Se alguém dissesse, até meados do século 20, que existe país onde o governo governa contra as suas próprias forças armadas, ninguém acreditaria. Embora poder e força sejam coisas separadas, nenhum poder se exerce sem força. Esse era o maior dilema dos políticos brasileiros na “redemocrata-tização” de 1986: como poderiam governar sem os militares? A pergunta não teria cabimento se o seu projeto fosse apenas governar. Mas o seu negócio era transformar o Brasil nisso que aí está e tende a piorar. É claro que não poderiam contar com os militares para liquidar o País. Daí a nova pergunta: como governar contra eles?

No tempo da Guerra Fria, governar sem, ou contra, os militares, seria impossível. Mas a “redemocratização” do Brasil aconteceu no final da década de 1980, quando a União Soviética desmoronava. Era o fim da Guerra Fria, e o bloco da OTAN – Estados Unidos e Europa Ocidental – aproveitava a ocasião para lançar seu projeto de domínio mundial. Esse projeto utiliza duas ferramentas: a “democracia” e os “direitos humanos”. Quando exige, sob ameaça de intervenção militar, que os países mais fracos se “democratizem” – ou seja, entreguem o poder aos políticos – e respeitem os “direitos humanos” – ou seja, entreguem o poder às ONGs – a oligarquia internacional, que patrocina políticos e ONGs, põe em cheque a autoridade de Estado, a soberania e a integridade territorial desses países, e assim prepara novos avanços na sua estratégia. E como a oposição brasileira prometia “democracia” e “direitos humanos”, seus patrocinadores garantiram-lhe apoio em caso de necessidade. (Ah, antes que eu me esqueça: por países mais fracos, entenda-se: sem armas atômicas e meios eficazes de lançá-las, entendeu, Fernandinho Collor de Mello?)

Assim, desde 1988, os políticos vão governando. Acham, ou esperam que, em caso de emergência, a ONU, a OEA, a OTAN, ou outra coalisão, estarão prontas a invadir o Brasil para defendê-los. Por isso são tão entreguistas e subservientes com seus cafetões estrangeiros, e tão insolentes e rancorosos com as Forças Armadas Brasileiras.

Mas o estranhamento não pode durar para sempre. Algum dia os políticos vão tentar

domesticar as FFAA. Para ter idéia de como poderá ser esse projeto, vejamos o que acontece na Europa, onde o processo já avançou bastante. Tomemos o caso do Reino Unido.

No governo britânico não há um só membro do Gabinete que tenha servido nas Armas. Não por acaso: é deliberado. Os políticos são moleques da revolta estudantil de 1968. Desprezam seu próprio povo, sua cultura, sua história.. Abominam o patriotismo. Acham que a Inglaterra tem de se dissolver na Europa, que por seu turno deve fundir-se com o Oriente Próximo, e assim, de etapa em etapa, tudo deve sumir num só mundo sem fronteiras, por eles governado.

Embora detestem os militares, gostam de guerra. Parece necessidade de compensar a sua falta de virilidade. A qualquer pretexto, mandam tropas a lugares distantes, em missões sem interesse para o povo britânico, o qual paga a conta e fornece os recrutas. Usam as forças armadas como jogos de video game nos seus gabinetes, na maior adrenalina, sem perigo, lama, poeira ou sangue. Para manter as coisas sob controle, mandam a mídia flagrar os soldados em combate, ao menor tropeço contra os direitos humanos do inimigo. Filmam tudo, entrevistam as “vítimas” e explodem em acusações nas manchetes. As ONGs armam o circo. Aí os políticos ordenam inquéritos e julgamentos, não para fazer justiça, mas para agradar a claqué dos fefelechês.



*A Junta de Defesa, que dá as cartas nas Forças Armadas:
8 civis e 6 militares, todos à paisana*

O Reino Unido tem passado glorioso. A folha dos militares britânicos é das mais brilhantes. Embora nas suas guerras tenha havido dirigentes lunáticos e incompetentes, os militares jamais se revoltaram porque, por piores que fossem, quase todos haviam servido nalguma fase das suas carreiras. Por essa razão – empatia entre civis e militares – os soldados britânicos sempre toleraram os erros dos seus superiores.

Mas pela primeira vez cresce a animosidade entre políticos e a tropa. Os soldados já não reconhecem os fefelechês de Londres como gente sua. Sentem-se usados e traídos. Os feridos em combate no Iraque e no Afeganistão são largados nos hospitais públicos do NHS (o SUS de lá), onde, abandonados à própria sorte, recebem péssimo tratamento e são ameaçados ou insultados por atendentes muçulmanos ou esquerdistas. O material da

infantaria é obsoleto e de má qualidade, pois o Ministério da Defesa gasta tudo em hi-techs caríssimas e inúteis, para agradar interesses políticos. Os militares acusados pela mídia de violar “direitos humanos”, depois de humilhante calvário, têm sido absolvidos. Alguns, indignados, pedem baixa. O coronel Tim Collins, herói condecorado, anunciou que não continuaria a servir sob covardes. Dois soldados dos Irish Guards, Joseph McCleary and Martin McGing, também inocentados, deram adeus às armas. McGing desabafou: O Exército me traiu. E aconselhou: Se quiser servir, trate de arrumar advogado para o caso do Exército o apunhalar pelas costas. Um porta-voz do Ministério “lamentou” a bofetada, dizendo nada podia fazer, pois é assunto pessoal de cada um.

Por isso, em junho de 2006, 250 mil militares britânicos se uniram para formar a Federação Britânica das Forças Armadas (BAFF), alegando que já não podem confiar seus direitos e interesses a “uma hierarquia cada vez mais politizada”. E o Chefe do EM do Exército, Gen. Richard Dannatt, advertiu publicamente o Secretário (paisano) da Defesa: o Exército nunca vai abandonar a Nação, mas não admito que a Nação abandone o Exército.

Em artigo recentemente publicado, um militar revela: Muitos ainda acreditam que o Ministério da Defesa seja militar. Não é. É uma organização dominada por civis, muitos dos quais não concordam com a missão e não gostam dos militares. (...) A mentalidade, além de não ser militar, é anti-militar. Por isso raramente usamos uniformes no trabalho.

E continua: Certa vez, à paisana, fui a uma reunião sobre a “terceirização”. Todos achavam que era preciso “terceirizar”. Argumentei que esvaziar a Intendência, Engenharia, Material Bélico e Comunicações, entregando suas missões a empresas civis, poderia ser perigoso. Em caso de necessidade, técnicos ou cozinheiros militares podem combater; isso seria impossível com “terceirizados”. Aí olhei ao redor e perguntei: ‘Alguém aqui vibra pelas Forças Armadas?’ Silêncio. Perguntei de novo: ‘Alguém, nessa questão, está considerando em primeiro lugar as necessidades dos militares?’ A resposta foi uma risadinha de mulher. Insisti, pois a era coisa muito séria. Mas aí notei que eu era o único militar presente, e eles, se soubessem, não me teriam convidado.

Antigamente, eram três Armas com status de Ministério e assento nas reuniões do Gabinete: o Departamento da Guerra, o Ministério do Ar e o Almirantado. Mas em 1946 o governo meio-comunista de Clement Attlee formou o Ministério da Defesa, que excluía os três comandantes do Gabinete. Em 1964 os comandos se juntaram num QG combinado e o papel dos militares foi novamente diminuído. Aos poucos, a proporção de pessoal civil no Ministério aumentou. Na década de 1980 era um para quatro militares. Sob o pretexto de “eficiência”, “agilidade”, “capacitação gerencial” e outras desculpas do gênero, mais e mais foram

admitidos, a tal ponto que hoje, segundo o autor, a proporção é de seis civis para um militar, sem contar “assessores especiais” e as estruturas paralelas junto ao Primeiro Ministro e ao Parlamento, de modo que, em tudo, talvez sejam doze civis para cada militar.

Os militares perderam o controle do seu próprio QG.

Continua: Mas o pior é que os civis mudaram. Antes, muitos haviam lutado na Segunda Guerra ou na Coréia, ou pelo menos prestado serviço militar. Esses respeitavam e compreendiam as FFAA. Hoje, os paisanos acham que elas são coisa do passado. Para eles, a missão do Ministério não é defesa nacional, mas objetivos políticos como a integração europeia, as missões da ONU, e a auto-dissolução das Forças Armadas britânicas na OTAN.

Como vê o leitor, ser milico no Reino Unido (e nos outros países europeus) é duplo sacrifício: o da própria carreira, e o de ser comandado por xeletus, boiolas e idiotas. Mas aqui entra um outro assunto, muito importante para nós, dos países mais fracos governados pelos fefelechês. Se o leitor se der ao trabalho de consultar os planos estratégicos do Ministério da Defesa britânico verá que a missão das suas Forças Armadas é inteiramente voltada para intervenções pelo mundo afora destinadas a proteger “democracia” e “direitos humanos”, ou seja, políticos e ongues. E como o Reino Unido é parte dum bloco político, seria interessante dar uma olhada nos Strategic Defence Reviews e White Papers divulgados por esse bloco. Aí, sim, será fácil entender que no Brasil, contrariamente ao que dizia o poeta, as aves que aqui gorjeiam, sim, gorjeiam como lá. Mas isso fica para o próximo Inconfidência.

(Antes de terminar, uma nota. Ali atrás eu disse que não há, entre os 31 membros do Gabinete britânico, nenhum que tenha feito serviço militar. Não é bem assim. Há um cara que diz ter “experiência militar”: Geoff Hoon, que passou três anos da sua infância como membro do CCF (Combined Cadet Force), uma organização de escoteiros. Acredite se quiser.)

* Economista, ex-aluno da
Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo